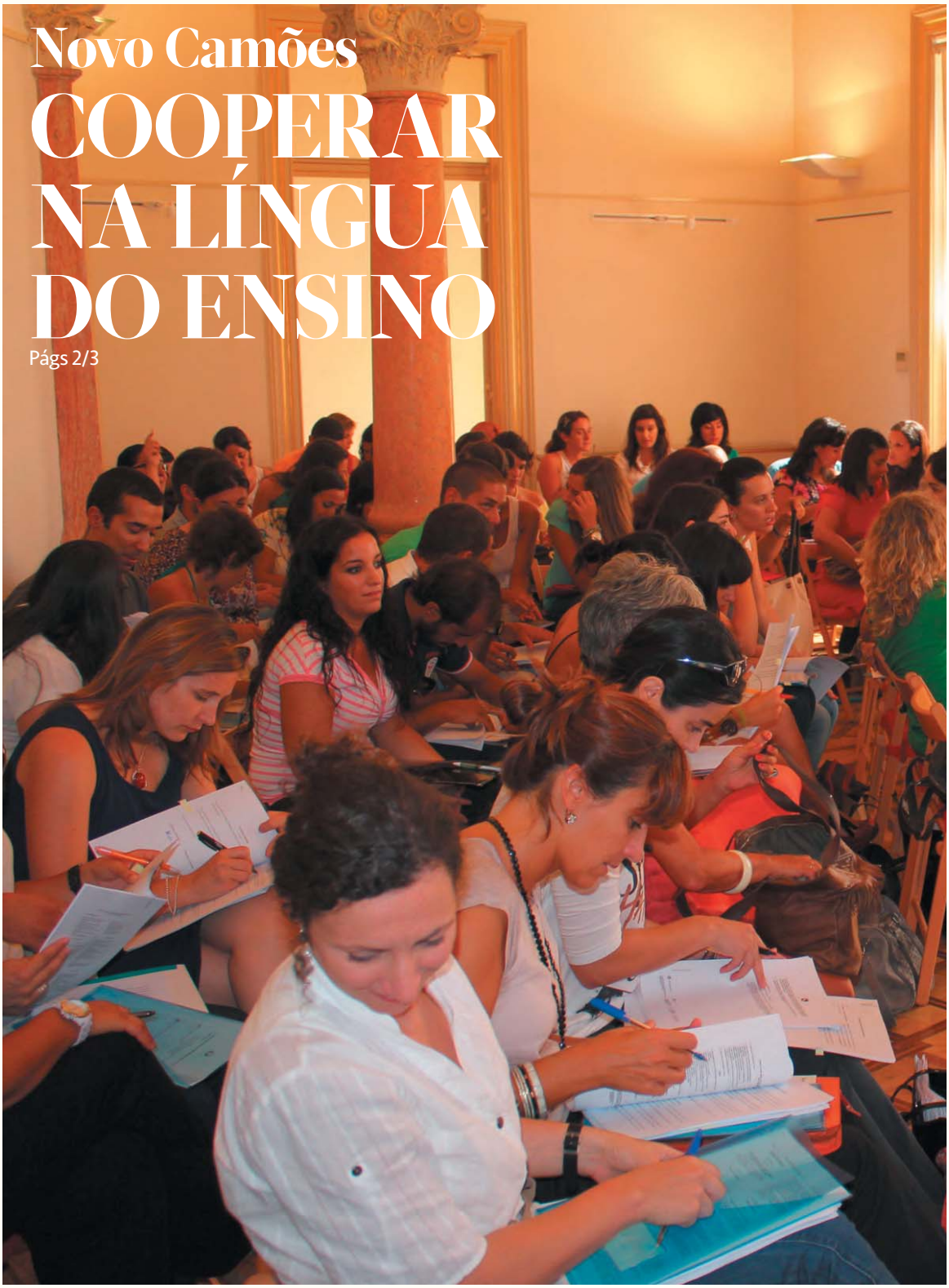
CAMÕES

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
PORTUGAL

Nº 182 • **19** de setembro a 3 de outubro de 2012
Suplemento da edição n.º 1095, ano XXXII,
do JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias
com a colaboração do Camões, IP



Novo Camões
COOPERAR NA LÍNGUA DO ENSINO

Págs 2/3

PROFESSORES PORTUGUESES ASSINAM CONTRATOS PARA TRABALHAR EM TIMOR-LESTE / FOTO RUI TIAGO DUARTE MIRANDA / DR

Prémio *António José da Silva* para autor português

Pág. 4

Rede EPE
Reunião de coordenadores

Pág. 3

Moçambique
Homenagem a Perpétua Gonçalves

Pág. 4

Formação para agentes culturais da rede externa do Camões, IP

Pág. 4

Air-print na 'Liverpool Biennal'

Pág. 4

Novo Camões
Cooperar na língua do ensino

O novo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), que começou a funcionar em pleno a 1 de agosto passado – completado que foi o processo de fusão do Instituto Camões (IC), promotor da língua e da cultura portuguesas no exterior, com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), responsável pela cooperação portuguesa no mundo – vai ter como eixo a cooperação no domínio da educação nos países de língua portuguesa, onde as atividades das instituições antecessoras já eram «convergentes» e até sobrepostas.

É nesta convergência – e não no facto de os institutos extintos pertencerem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, participando nas «grandes linhas de orientação de política externa» – que reside, na explicação da Presidente do Conselho Diretivo do Camões, IP, Ana Paula Laborinho, a razão da fusão decidida pelo Governo em 2011 entre o IC e o IPAD no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).

O «cruzamento de projetos» muito concretos no novo Instituto, no domínio da educação nos países de língua portuguesa, em que é fundamental o idioma de escolarização, da ciência e do conhecimento – que está presente «tanto no ensino da Matemática como da Física, da História ou da Geografia» – «vai permitir maior eficácia», garante Ana Paula Laborinho que acrescenta: «julgo que é ela que justifica este novo projeto, este novo Instituto, ainda que haja, naturalmente outras áreas [da responsabilidade dos dois antigos institutos] que não são comuns» e até «completamente distintas».

Ana Paula Laborinho

O novo Camões, IP mantém na sua esfera o papel de coordenador das ações de cooperação de outros ministérios na justiça, saúde, segurança, agricultura e comunicação social, vindos do ex-IPAD, bem como na educação (nomeadamente ensino superior), desporto, comunicação social e programas setoriais, vindos do ex-IC, e ainda a gestão da rede de Ensino Português no Estrangeiro, superior e não superior.

No entender da Presidente do Camões, IP, «o trabalho em torno da língua portuguesa pode inserir-se no âmbito da cooperação. O que se faz nesse domínio – e já fazia o IC – é considerado ajuda pública ao desenvolvimento. O trabalho desenvolvido era, essencialmente, de capacitação e de resposta a solicitações que nos eram feitas por esses países». Assim, o que havia a fazer era «racionalizar as nossas intervenções e, sobretudo, ver de que modo poderiam convergir mais eficazmente , coisa que nem sempre acontecia». Acresce que essas intervenções respondiam também a uma das recomendações feitas internacionalmente no apoio ao desenvolvimento, que é a da «concentração geográfica».

Alunos de escola do Huambo construída pela ONG portuguesa CIC

«Trabalhar em projetos na área da língua é trabalhar para o desenvolvimento destes países, tanto mais que se trabalha em função das suas necessidades formativas», assegura Ana Paula Laborinho que dá como exemplo o Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores em Timor-Leste, do ex-IPAD, «que em muitos aspetos converge com aquilo que era feito antes pelo IC».

A FUSÃO DA REDE

A Presidente do Camões, IP reconhece que a fusão «se insere, naturalmente, no âmbito de uma redução da administração pública» e de uma política de «menores encargos», aspeto que reputa como significativo. «Só a redução de cargos dirigentes vai permitir uma diminuição de custos de quase meio milhão de euros, o que nos tempos atuais é também um objetivo importante». E, «no total, só em funcionamento, teremos uma poupança de cerca de 800 mil euros».

Do ponto de vista prático, o processo de fusão «está praticamente concluído», diz a Ana Paula Laborinho. Já foram publicadas em *Diário da República* as listas de pessoal e já se procedeu à fusão do orçamento, à transição de bens e à criação de uma nova imagem gráfica. Até meados de setembro procedeu-se à junção de instalações.

Mas para Ana Paula Laborinho, ao que a direção do Camões, IP – constituída ainda pelo Vice-Presidente, Paulo Nascimento, e pelos vogais Irene Paredes e Francisco Almeida Leite – apraz registar é que «essa junção se vai fazendo também noutras áreas e ao nível dos projetos, do diálogo que as direções de serviços têm para desenhar projetos, para os apreciar». O «entrosamento» em curso na sede estende-se à «rede externa». «Estou a falar, por exemplo, no facto de termos centros culturais nesses países em que há cooperação e que são centros que têm estado também ao serviço do desenvolvimento, porque têm servido para a capacitação de artistas locais, para a formação de quadros locais e, por isso, nesse sentido, são – já eram – muito utilizados pela cooperação portuguesa».

Vai pois haver uma unificação da representação externa do Camões, IP, juntando meios, recursos humanos e físicos, como forma de os aproveitar melhor e «ter uma área mais robusta com mais gente, porque está junta e trabalha em conjunto».

2013

Embora os planos de atividades para o próximo ano ainda estejam em elaboração, a Presidente do Camões, IP afirma que se vai reforçar «ao nível da cooperação aquilo que é muitas vezes designado como os 'três cês': «a coerência das políticas de cooperação – melhor trabalho com as políticas setoriais»; «concentração geográfica, que já existe, e concentração de projetos (...) naquilo que são as nossas mais-valias. A educação, naturalmente, está entre elas». E por outro lado, também, «uma preocupação com o cofinanciamento de projetos e com modelos que possam de facto permitir que eles não acabem», bem como «ter um maior envolvimento, quer de parceiros internacionais quer de outros parceiros», nomeadamente através de projetos triangulares e de cooperação delegada. O Camões, IP, é uma «entidade certificada e, nesse sentido, a UE delega no Instituto projetos por si financiados, mas executados por nós em parceria com os países», indica Ana Paula Laborinho.

Esses, diz, são os «grandes desafios na área da cooperação», enquanto «na área da cultura, a maior preocupação é a qualificação dos centros culturais», um «objetivo que já vem de trás», agora tornado prioritário «na perspetiva de os centros culturais poderem beneficiar de contributos vários e poderem alinhar com a diplomacia económica».

Na área da língua, a Presidente do Camões, IP lembra que está em curso o processo de adequação da rede EPE aos seus públicos-alvo. «Pretendemos que ele se desenvolva ao longo do ano de 2013, quer ao nível da certificação quer ao nível da execução deste programa, que envolve os planos de estudo por níveis linguísticos, quer a elaboração de materiais de ensino adequados aos vários públicos-alvo quer também os projetos na área dos recursos para a plataforma virtual». Em resumo, diz a Presidente do Camões, IP, 2013 «vai ser um ano de consolidação».

O papel "facilitador" do apoio ao desenvolvimento

Portugal está a atravessar um momento difícil e rapidamente surge a pergunta se poderá continuar a apostar no apoio ao desenvolvimento fora de portas.

Para Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões, IP, o apoio ao desenvolvimento destina-se, em primeiro lugar, a que o recetor da ajuda deixe de vir a necessitar dela. Mas para Portugal, enquanto país doador, o apoio ao desenvolvimento é também um «facilitador da nossa imagem» e de «outras áreas». «Quanto mais estes países tiverem um crescimento económico, mais isso cria oportunidades para os países doadores», diz.

Exemplificando, Ana Paula Laborinho fala da internacionalização das universidades portuguesas e dos quadros que estas formam e que «nem sempre têm depois colocação». Ora, «este setor da educação, ao nível da cooperação, tem permitido a colocação de professores que, doutra forma, não seria possível». Por vezes, com participação financeira do próprio país recetor da ajuda, como é o caso de Timor-Leste, onde o programa de formação inicial e contínua de professores «já é suportado em 60% pelas autoridades timorenses».

Também a cooperação no domínio da capacitação do tecido empresarial, desenvolvido por associações empresariais, «ao contribuir para o crescimento económico destes países», «cria um espaço de intervenção» e «outras oportunidades».

Ana Paula Laborinho sublinha, por outro lado, que, do ponto de vista da língua e da cultura, «há uma relação entre as rotas dos negócios e as rotas das línguas», como mostra um estudo que vai ser lançado em breve sobre o valor económico da língua portuguesa. «As empresas têm uma tendência para escolher como seus mercados preferenciais aqueles que falam a sua língua», explica. Assim, «quanto mais conseguimos trabalhar as questões da língua, mais tiramos benefícios do ponto de vista económico», afirma a Presidente do Camões, IP, considerando que «as questões culturais são aquelas que mais evidentemente funcionam como facilitadores». «Uma aproximação através da cultura é sempre uma aproximação que permite outros entendimentos – políticos, económicos –, entendimentos de muita natureza».

Adequar o ensino do português ao público-alvo

A rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE) nos níveis básico e secundário está a ser adequada ao seu público-alvo, isto é, as comunidades de migrantes de língua portuguesa no mundo. Quem o diz é Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões, IP, entidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros sucessora do Instituto Camões, para o qual, em fevereiro de 2010, aquela rede foi transferida do Ministério da Educação, onde «era uma gota de água».

«Não se trata apenas da racionalização» da rede EPE – esforço que também está a ser feito –, garante Ana Paula Laborinho. Desde o início, foram desenvolvidas várias diligências no sentido dessa adequação, devido à «perceção de que se tratava de uma modalidade de ensino que não podia recortar o ensino» e as «formações curriculares» existentes em Portugal, como até aí, com os seus graus e níveis de ensino – 1º ciclo, 2º ciclo, secundário…

«Desde o princípio que tivemos a preocupação de desenhar os planos de estudo de acordo com níveis linguísticos e criar metas de aprendizagem para língua portuguesa. Entendemos que, por um lado, se adequa mais aos públicos-alvo e, por outro, permite uma certificação que pode vir a ser útil noutros contextos», justifica Ana Paula Laborinho. «Dispor de um passaporte de uma língua em que está estabelecido qual é o nível que foi atingido permite em qualquer parte do mundo certificar esse grau e recolher os benefícios de dominar essa língua num determinado patamar», adianta a Presidente do Camões, IP.

À crítica de que com essa adequação se está a «misturar níveis de ensino diferente», Ana Paula Laborinho responde que «o que importa é saber que níveis linguísticos estamos a formar e como é que se constrói esta aprendizagem por níveis». «Temos a consciência de que existem realidades muito diferentes, que vão desde a língua materna à língua estrangeira», como «aquilo que temos vindo a designar como língua de herança, língua segunda até às línguas estrangeiras, com cambiantes muito diversos, o que requer metodologias de ensino adequadas».

LUGAR AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

No ano letivo e 2012/2013, que agora começa, «vão ser distribuídos os planos de estudo elaborados de acordo com o Quadro de Referência para o Ensino do Português no Estrangeiro (QuaREPE)», o que não era feito até agora ou era feito «aqui ou ali, mas não de uma forma sistematizada», indica a Presidente do Camões, IP. «O que nós agora temos é um plano de estudo que define cargas horárias, objetivos, desde o nível inicial até ao chamado nível de proficiência avançada».

Os programas, «para cada um dos níveis», são distribuídos aos professores e «entregues numa outra versão», menos técnica, aos encarregados de educação, no cumprimento de um compromisso assumido. Isso permite aos encarregados de educação saber «que metas é que se pretende que os seus filhos atinjam – para as poderem aferir», explica. Também os alunos recebem os programas, «para que eles próprios saibam quais os objetivos que temos para eles, desde pequeninos».

Atendendo a que se trabalha «com níveis etários muito diversos», a adequação, no dizer de Ana Paula Laborinho, passa igualmente pelos «materiais de ensino, que devem ser diferentes para crianças, adolescentes e adultos».

No domínio de materiais de ensino para a aprendizagem de português, a Presidente do Camões, IP põe especial ênfase na sua disponibilização em plataformas virtuais. «Trata-se de um projeto que está ainda a ser delineado – o próprio caderno de encargos –, porque não temos capacidade de, sozinhos, desenvolver todos estes projetos. O objetivo é de, através destas plataformas virtuais e de modalidades de ensino a distância ou do chamado b-learning (ensino presencial e ensino a distância, portanto ensino misto), podermos chegar a alguns lugares onde neste momento não chegamos». Há que chegar a mais lugares já que, exemplifica Ana Paula Laborinho, «por exemplo, nos EUA praticamente só temos os coordenadores e não somos responsáveis pelo ensino». Todo este processo requer meios e representa um investimento, pelo que, no entender da Presidente do Camões, IP, «quando estamos a pedir a colaboração dos encarregados de educação através da propina, trata-se também de garantir uma maior qualidade deste ensino».

Rede EPE
Reunião de coordenadores

Uma aposta muito clara na qualificação do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) resultou do encontro das estruturas de coordenação daquela rede em Espanha/Andorra, Alemanha, França, Reino Unido, Luxemburgo/ Bélgica/ Países Baixos, Suíça, África do Sul/ Namíbia/ Suazilândia/ Zimbabué, Canadá e EUA, realizada a 27 e 28 de agosto, em Lisboa na sede do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL).

Durante dois dias, 16 responsáveis locais pela rede de ensino trabalharam com técnicos da estrutura central do Camões, IP sobre as questões de organização, de gestão e de aplicação do Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro (QuaREPE).

A reunião contou com a presença nos seus dois dias do secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, que declarou à Agência Lusa terem sido «discutidas questões muito sérias, aquelas em que nos vamos envolver nos próximos meses» e que passam, segundo ele, pela «introdução neste subsetor do ensino de novos fatores de qualidade, as questões da certificação, da avaliação, da formação dos professores, do fomento da leitura e da propina».

José Cesário, que abriu os trabalhos juntamente com a Presidente do Conselho Diretivo do Camões, IP, Ana Paula Laborinho, disse também que a reunião «foi muito importante» para que todos os coordenadores e adjuntos percebessem os objetivos das mudanças que estão em curso na rede do ensino do português no estrangeiro, para ouvir «as suas dificuldades, os seus problemas», e também para se conhecerem uns aos outros, «ou seja, para constituirmos uma equipa».

Ana Paula Laborinho considerou, por seu lado, o encontro «muito rico e frutuoso», por ter tornado possível a partilha de experiências e soluções e permitir «trabalhar melhor em rede». «Somos poucos, não temos muitos recursos e é essencial que possamos partilhar as nossas dificuldades, mas também os nossos êxitos, que se traduzem muitas vezes por projetos inovadores», declarou. Tratou-se também, acrescentou, de «transmitir um conjunto de orientações, tendo em conta que vamos agora introduzir os planos de estudo e os programas por níveis», bem como as certificações de aprendizagem da língua portuguesa (v. *Adequar o ensino do português ao público-alvo*, neste suplemento).

O envolvimento das famílias

Nas mudanças em curso, o secretário de Estado destacou o «envolvimento das famílias e dos encarregados de educação de cada aluno» do EPE. «Eles vão passar a ter acesso a coisas que nunca tiveram, aos programas, ao plano de estudos de cada turma. Vão ser chamados a participar mais na vida da escola», explicou José Cesário.

O secretário de Estado justificou a introdução de uma propina anual de 120 euros a pagar pelos alunos que frequentam o ensino paralelo da rede EPE (além deste, há ensino português integrado nos sistemas educativos de diversos países, relativamente ao qual a propina não se aplica) como fazendo «parte do esforço coletivo» para se «conseguir fazer mais coisas» no Ensino do Português no Estrangeiro. «A propina faz parte do esforço coletivo que nós desejamos que vá por diante de maneira a podermos conseguir fazer mais coisas do que temos feito até aqui».

José Cesário disse ainda à Lusa que o diploma para cobrar a propina «está em preparação» e será para aplicar no ano letivo de 2012/2013. O governante precisou que este ano houve uma verba de «23 milhões de euros no capítulo específico da rede EPE», segundo a Lusa.

A ordem de trabalhos da reunião abrangeu todo um universo de questões relativas à coordenação da rede de ensino português no estrangeiro, desde a análise da legislação em vigor, passando pela planificação e procedimentos, formação presencial e a distância (*e-learning*), avaliação, questões relativas aos programas e certificação, bem como à necessária interação do corpo docente dos diferentes níveis de ensino. Antes da síntese global e do fecho dos trabalhos analisaram-se os procedimentos para a construção de uma imagem comum da rede de ensino e do Camões, I.P.

Prémio *António José da Silva* pelo 2º ano consecutivo para autor português

¶ O português Luís Miguel Patrício Campião, com a peça *Nossa Senhora da Açoteia*, foi o vencedor da 6ª edição do Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia *António José da Silva*, promovido em Portugal e no Brasil por uma parceria entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e a Fundação Nacional de Artes (Funarte).

A peça original de Luís Miguel Patrício Campião, 38 anos, encontrava-se no lote de oito textos dramatúrgicos (4 de Portugal e 4 do Brasil) apurados na 1ª fase do concurso para serem apreciados pelo júri luso-brasileiro, reunido por videoconferência a 4 de setembro e que tomou a decisão, por maioria.

Foi a primeira vez, desde que o Prémio começou a ser atribuído em 2007, que ele foi ganho em dois anos consecutivos por um autor português. Em 2011, o vencedor foi o português Luís Mário Lopes, com *Vizinhança*.

O júri atribuiu ainda uma menção honrosa à peça *Aquele Boliche em Iguaba*, da autoria do brasileiro Rodrigo Valle de Alzuguir.

O Prémio, a que podiam concorrer portugueses e brasileiros, com um ou mais textos originais, em língua portuguesa, não editados e não encenados, consiste numa verba de 15 mil euros e na edição do texto em Portugal e no Brasil.

O júri foi constituído do lado português por João Brites, Manuel Coelho e Rita Blanco e do lado brasileiro por Eloy de Araújo Faria, Ivone Hoffmann e Cristina Fagundes Galvão.

Em Portugal, 18 textos concorreram ao Prémio, tendo sido apurados para a fase final as peças *A Herança do Pai*, *Branco ou Um dia não teremos uma história para contar*, *Cruzeiro* e *Nossa Senhora da Açoteia*. No Brasil, os 4 textos selecionados de entre 244 para a fase final foram *Aquele Boliche em Iguaba*, *Din Din Dondes e Quais, Quais, Quais*, *Cinco* e *Todas as Crianças do Mundo*.

Além de incentivar o surgimento de novos autores, o Prémio tem como objetivo impulsionar a escrita dramática em todos os géneros e reforçar as parcerias de desenvolvimento e cooperação cultural entre Portugal e o Brasil.

Luís Miguel Patrício Campião é licenciado em Teatro - Ramo Atores pela Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Porto e frequenta, atualmente, o mestrado em Teatro - Escritas de Cena, na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa.

O Prémio, criado em 2006, graças a um protocolo celebrado entre o ex-Instituto Camões, de Portugal, e a Funarte, do Brasil, e que teve até 2010 parceria com a Direção-Geral das Artes e o Teatro Nacional D. Maria II, foi ganho na sua 1ª edição pela peça *A Minha Mulher*, de José Maria Vieira Mendes. Em 2008, foi vencido pelo brasileiro Fábio Mendes, com *The Cachorro Manco Show*, em 2009 pelo português Abel Neves, com *Jardim Suspenso* e em 2010 pelo brasileiro Marco Catalão, com *Agro-Negócio*.

Air-Print na 'Liverpool Biennal'

¶ O projeto *Air Print*, do artista plástico português Miguel Palma, pode ser apreciado até 25 novembro no edifício LJMU Cooperas Hill, em Liverpool (Reino Unido), onde está patente desde dia 15 no âmbito do festival de arte contemporânea que tem lugar naquela cidade britânica com a designação de 'Liverpool Biennial'.

Air Print (2012), um projeto *site-specific* com curadoria de Luísa Santos, é mostrado no festival por iniciativa da P28 – que se apresenta como uma associação para o desenvolvimento criativo e artístico –, com o apoio do Camões, IP, no quadro dos «eventos paralelos organizados e apoiados por embaixadas, agências ou galerias internacionais», cobertos pela designação *City States*, segundo a 'Liverpool Biennial'.

O projeto de Miguel Palma insere-se, por seu lado, num outro projeto de arte pública da P28, *Contentores*, que já vai no seu 3º ano, após intervenções na Docas de Alcântara (2010), Centro Cultural de Belém (2011) e Guimarães Capital Europeia da Cultura (2012), atingindo agora pela primeira vez o patamar da internacionalização.

O projeto *Contentores*, segundo um comunicado de imprensa «faz interpretações de lugares pelo uso do que, à primeira vista, poderia ser classificado de *ready made*. Contentores de grandes dimensões que não ficam na sua forma de contentor, mas são transformados em objetos artísticos».

«Interiorizando as noções de descontextualização e interpretação de um contentor, e tendo em consideração a localização do projeto», *Air Print* «tem como objetivo contribuir para os discursos do papel da arte em mudança à escala local» e «mostra uma característica do trabalho de Miguel Palma: a criação de objetos que ficam num limbo entre mundos que poderiam ser contraditórios».

Moçambique
Homenagem a Perpétua Gonçalves

Cerimónia de homenagem em Maputo à professora Perpétua Gonçalves

¶ Perpétua Gonçalves, professora da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), de Maputo, e responsável da cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da mesma Universidade, foi alvo de uma homenagem a 10 agosto, por ocasião da sua aposentação.

Nascida em 1947 na Vila de Manica (atual Chimoio), no centro de Moçambique, Perpétua Gonçalves, 65 anos, vai continuar a dirigir a cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira, criada em 2008 no Departamento de Línguas da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), no âmbito de um protocolo entre o ex-Instituto Camões e a UEM, e que começou a funcionar em finais de 2009.

No dizer de Perpétua Gonçalves, a cátedra «visa apoiar a investigação científica sobre a aquisição/aprendizagem da língua portuguesa como língua não materna, e sobre o seu ensino em contexto africano multilingue», bem como «promover a emergência de investigadores moçambicanos; incentivar a realização de pesquisas na área do português língua não materna; e difundir resultados de estudos sobre o português de Moçambique».

Sem cursos nem investigadores próprios, a atividade da cátedra apoia-se em 5 docentes (2 doutorados, 3 mestres), prestando no entanto assistência aos cursos de pós-graduação da FLCS, a nível da docência e pós-graduação.

Entre os projetos-bandeira desta cátedra de investigação está a criação do Observatório de Neologismos do Português de Moçambique, organismo que se ocupa da deteção, recolha e sistematização de formas neológicas organizadas numa base de dados do léxico do Português de Moçambique.

Disponível na internet, no sítio da cátedra (http://www.catedraportugues.uem.mz), os seus dados «têm sido usados em pesquisas lexicais no âmbito de trabalhos de doutoramento, de mestrado e de licenciatura, quer internamente quer noutros países, com referência particular para o Brasil», segundo a professora universitária.

Outro projeto de investigação de relevo é a Didática do Português L2 no Ensino Superior, «programa de investigação que, tomando como base um diagnóstico do perfil linguístico dos estudantes universitários moçambicanos, já identificado em diversos estudos, visa o desenvolvimento das competências de literacia», com particular enfoque na escrita.

«De uma forma geral, a cátedra tem desempenhado um papel importante na internacionalização do português, divulgando na internet um conjunto diversificado de produtos de investigação, até agora dispersos e, sobretudo, não acessíveis à comunidade nacional e internacional», afirma Perpétua Gonçalves.

Tendo realizado em 2011 o Colóquio *Português em Contexto Africano Multilingue: Em Busca de Consensos*, a cátedra tem previsto organizar nos próximos 12 meses uma oficina de trabalho para discussão e sistematização de critérios ortográficos a adotar na elaboração do *Vocabulário Ortográfico Nacional* [de Moçambique], um projeto integrado no programa de estabelecimento do *Vocabulário Ortográfico Comum* para os países de língua portuguesa.

Entre as realizações mais significativas da cátedra está a criação, em setembro de 2011, do seu sítio na internet. Nele é possível consultar bibliografias sobre a aquisição do português língua estrangeira e sobre variedades não europeias do português; dados linguísticos autênticos, disponibilizando *corpora* orais e escritos de variedades não europeias do português.

Formação para agentes culturais da rede externa do Camões, IP

¶ Uma ação de formação em gestão de projetos, orientada para agentes culturais (colaboradores dos centros culturais, leitores e professores de português) que funcionam na rede externa do Camões, IP, decorreu em Lisboa, a 7 e 8 setembro de 2012, na sede do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Foram oradores, no primeiro dia, António Pinto Ribeiro, responsável do Programa *Próximo Futuro*, da Fundação Calouste Gulbenkian, com uma intervenção subordinada ao tema *Pensar a Cultura*, e Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões, IP, que falou sobre a *Cultura em Crise*.

No primeiro dia, decorreu ainda, uma sessão de trabalho sobre gestão de projeto orientada pelas formadoras Cecília Folgado e Alexandra Pinho.

No segundo dia, na Fundação Calouste Gulbenkian,o professor, crítico de arte e promotor cultural Ticio Escobar (Assunção, 1947) falou sobre o futuro da arte popular indígena num contexto de globalização e a capacidade de sobrevivência das culturas tradicionais na contemporaneidade. O franco-tunisino Abdelwahab Meddeb (Tunes, 1946) - poeta, romancista, tradutor, ensaísta e editor do jornal *Dédale*, falou sobre a liberdade que se perspetiva para o futuro, tendo em conta o conflito entre secularismo e islamismo. Ticio Escobar e Abdelwahab Meddeb foram os convidados para este ciclo das 'Grandes Lições', numa linha de programação que privilegia pensadores da América do Sul, África e Europa. A sessão foi moderada por António Pinto Ribeiro.

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
PORTUGAL

Camões, IP
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato